



UNIÃO DE SINDICATOS DA ALTICE

OS TRABALHADORES SÃO PESSOAS SÉRIAS, CARECEM DE SABER A VERDADE

PORQUE CHEGÁMOS ATÉ AQUI?

Como em tudo na vida há uma história para contar.

E as negociações do ACT 2019 têm atrás de si um caminho que percorreram.

Tudo se iniciou com várias propostas das partes que tiveram o seu primeiro confronto na **1ª sessão negocial em 16 de Setembro de 2019**.

E tudo decorria dentro de alguma normalidade, reivindicações por parte dos representantes dos trabalhadores e resistência e negação por parte dos representantes da Empresa, até ao dia **2 de Fevereiro de 2020, isto é, até à 9ª reunião** da mesa de negociações, exactamente um mês antes do primeiro caso da COVID-19 ter surgido em Portugal.

Nesta reunião a Empresa comunica ir suspender as negociações por “*quebra de confiança em algumas organizações sindicais*”, para espanto de alguns, como foi o caso das Associações Sindicais que constituem a **UNIÃO DE SINDICATOS DA ALTICE**, que nada haviam contribuído para o que a ALTICE acabava de anunciar.

Veio a saber-se à posterior que tudo se prendia com uma **queixa que alguns Sindicatos**, quatro (4) – os três da CGTP e um outro?, que adiante se explica o porquê desta interrogação -, de acordo com o publicado pelo jornal Público em 4 de Março de 2020, **tinham feito à CNPD (Comissão Nacional de Protecção de Dados) a propósito da utilização de uma aplicação, o MEO TRACKING**.

A este propósito diga-se que se estranha que sendo uma queixa “tão grave” a CNPD até esta altura não se tenha pronunciado para evitar “tão lesivos procedimentos”, que se saiba. **Não acreditamos que os queixosos tenham desistido da participação, ou se tenham retratado, ou será que o fizeram?**

Mas porque identificámos alguns Sindicatos como sendo da CGTP?

É que o tema mereceu um requerimento, o nº 9/XIV (1ª) à CNPD, e uma pergunta, a nº 1088/XIV (1ª) à Ministra do Trabalho e Solidariedade e Segurança Social, através da Assembleia da República, ambos os documentos de 26 de Fevereiro de 2020, e assinados **pelo Senhor Deputado Bruno Dias, do PCP**.

Mas mais, além do jornal generalista Público, atrás referido, só **um outro órgão de comunicação social se referiu ao MEO “Traquing”** (é assim que vem escrito), **na sua página 7, e foi o jornal Avante, órgão oficial do PCP**, na sua edição nº 2413, de 27 de Fevereiro de 2020.

Para com menos dúvidas ficarmos, em comunicado, sem data, o PCP dirige-se exclusivamente aos trabalhadores da MEO/Altice, dando enfoque à queixa apresentada à CNPD sobre o MEO TRACKING, e abordando um outro tema, o da venda da rede de fibra óptica, que também mereceu

uma pergunta, a nº 1089/XIV (1ª), de 27 de Fevereiro de 2020, do mesmo deputado do PCP, ao Ministro das Infraestruturas e Habitação.

Os trabalhadores não merecem ser armas de arremesso de lutas partidárias, e carecem da melhor defesa dos seus interesses por parte de quem os representa, sem estratégias políticas escondidas e conveniências de momento de qualquer organização partidária.

Voltando às vicissitudes da negociação da revisão do ACT da ALTICE Portugal.

Em 14 de Novembro estava em cima da mesa uma proposta de negociação para aumentos remuneratórios para 2020 e 2021, de respectivamente 2 M€ e 1,5 M€, a ser discutida a sua afectação (salários, diuturnidades, subsídios, etc, ou numa só rúbrica, em algumas, ou em todas elas) pela vontade das Associações Sindicais.

Em 22 de Janeiro a Empresa repete teimosamente que não haverá aumentos em 2019, mas propõe-se pagar, em Março, um “prémio pecuniário extraordinário” entre € 200 (este valor já garantido) e € 300, a cada um dos trabalhadores, como compensação por 2019.

E chegámos à reunião de 2 de Fevereiro, à suspensão das negociações, ao aparecimento da COVID-19, e ao retomar das sessões negociais já só em 14 de Julho último, em que a Empresa, à boleia da pandemia, retira todas as propostas feitas de aumentos remuneratórios.

Importa referir que **a revisão da matéria de clausulado estava quase toda já consensualizada**, e aqui havia ganhos para os trabalhadores, como já explicámos em comunicado anterior.

Salientar que para aumentos do subsídio de refeição, dado aqui como exemplo, estavam em cima da mesa duas propostas, uma da **UNIÃO DE SINDICATOS DA ALTICE**, de € 0,50, e outra da Frente Sindical de € 0,35.

A **UNIÃO DE SINDICATOS DA ALTICE** havia proposto o alargamento do ACT aos trabalhadores da PT Contact, bem como a todas as outras empresas do Grupo ALTICE.

A **UNIÃO DE SINDICATOS DA ALTICE** tinha lutado pelo valor mínimo a auferir pelos trabalhadores passasse a ser de € 740,00, outro exemplo.

Já se havia deixado os pássaros voar antes da pandemia, devíamos ficar agora na mão com o pássaro que tínhamos ao nosso dispor. Para bem dos trabalhadores. **Nesta fase aguda que vivemos o mais importante é o garantir da empregabilidade, os postos de trabalho, e o trabalho.**

Tudo o mais é conversa de desespero, e de quem nada tem para oferecer aos trabalhadores que não só os conduzir para estratégias pessoais, e lutas de cariz político-partidário. Mas agora com o Orçamento de Estado 2021 aprovado será altura de voltarem à terra.

Os trabalhadores merecem todo o esforço e empenho por melhores condições de trabalho, e o seu reconhecimento por quem os representa.

Assim continuará a proceder a **UNIÃO DE SINDICATOS DA ALTICE**.

Os trabalhadores podem continuar a contar connosco para encontrar as soluções que melhor os dignifiquem.

Nunca seremos extremistas, radicais nem populistas.

Lisboa, 04 de Dezembro de 2020.